

Demonstrações Financeiras

Ágora Gestão de Recursos Ltda.

2023



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado Acumulado ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido... 7

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 8

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 9

Notas Explicativas da Administração ... 10

Relatório do Auditor Independente ... 19

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Ágora Gestão de Recursos Ltda., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Prejuízo de R\$ 5.032 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 28.437 mil e Ativos Totais de R\$ 33.136 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos cotistas, conforme previsto em seu contrato social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2023	2022 (não auditado)
Ativo			
Circulante		31.374	32.757
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	30.879	32.355
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	6	437	396
Adiantamentos a Funcionários		45	6
Despesas Antecipadas		13	-
Não Circulante		1.762	1.718
Realizável a Longo Prazo		1.762	1.710
Tributos a Compensar ou a Recuperar	15b	1.762	1.710
Imobilizado de Uso		-	8
Imobilizações de Uso		-	55
Depreciação Acumulada		-	(47)
Total do Ativo		33.136	34.475

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

Passivo	Nota	2023	2022 (não auditado)
Circulante		4.594	942
Salários a Pagar		419	389
Impostos, Encargos e Contribuições a Recolher	15d	685	538
Dividendos a Pagar	7c	-	15
Bonificações a Pagar		3.490	-
Exigível a Longo Prazo		105	101
Provisão para Impostos e Contribuições	15c	94	91
Outras Obrigações		11	10
Patrimônio Líquido		28.437	33.432
Capital Social:			
- De Domiciliados no País	7a	17.800	17.000
Reservas de Lucros	7b	10.364	16.196
Reservas de Capital		89	89
Ajuste de Avaliação Patrimonial		184	147
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		33.136	34.475

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2023	2022 (não auditado)
Receitas Operacionais		1.621	14
Receitas de Prestação de Serviços	8	1.609	-
Outras Receitas Operacionais		12	14
Despesas Operacionais		(9.180)	(956)
Despesas de Pessoal	10	(8.333)	(767)
Outras Despesas Operacionais	11	(593)	(178)
Despesas Tributárias	12	(101)	(10)
Despesas Gerais e Administrativas	13	(153)	(1)
Resultado Financeiro		4.060	3.836
Receitas Financeiras	9	4.060	3.836
Resultado Operacional		(7.559)	(942)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		(3.499)	2.894
Imposto de Renda e Contribuição Social	15a	(1.533)	(1.349)
(Prejuízo)/ Lucro Líquido do Exercício		(5.032)	1.545
Número de cotas		17.800.000	17.000.000
(Prejuízo)/ Lucro Líquido Básico por lote de mil cotas em R\$		(282,70)	90,88

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária			
SALDOS EM 31.12.2021 (não auditado)	17.000	89	1.371	13.295	(31)	-	31.724
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	178	-	178
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.545	1.545
Destinações:							
Reservas	-	-	77	1.453	-	(1.530)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(15)	(15)
SALDOS EM 31.12.2022 (não auditado)	17.000	89	1.448	14.748	147	-	33.432
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	37	-	37
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(5.032)	(5.032)
Absorção de Prejuízo	-	-	-	(5.032)	-	5.032	-
Aumento de Capital Social	800	-	-	(800)	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2023	17.800	89	1.448	8.916	184	-	28.437

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2023	2022 (não auditado)
(Prejuízo)/ Lucro Líquido do Exercício	(5.032)	1.545
Outros Resultados Abrangentes	37	178
Ajuste de Avaliação Patrimonial	37	178
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(4.995)	1.723

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2023	2022 (não auditado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.499)	2.894
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	(154)	(139)
Depreciações e Amortizações	2	2
Perda na Baixa de Imobilizado	6	-
Juros, Variações Monetárias Líquidas	(162)	(141)
Lucro Líquido Ajustado	(3.653)	2.755
(Aumento) / Redução em Outros Ativos	76	(267)
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	2.740	571
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(624)	(925)
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) das Atividades Operacionais	(1.461)	2.134
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	(15)	(8)
Dividendos Pagos	(15)	(8)
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(15)	(8)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.476)	2.126
Início do Exercício	32.355	30.229
Fim do Exercício	30.879	32.355
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.476)	2.126

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ÁGORA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Gestão de Recursos Ltda. é uma Sociedade que tem por objetivo a estruturação, constituição, administração e gestão de fundos de investimento em geral, constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado, administração de carteiras de títulos, valores mobiliários e demais modalidades operacionais admitidas no âmbito do mercado financeiro de capitais, e consultoria de investimento, análise e seleção de títulos, valores mobiliários e demais modalidades operacionais admitidas no âmbito do mercado financeiro e de capitais. A Ágora Gestão de Recursos Ltda. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 18 de março de 2024.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e/ou fundos de investimentos, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.3. Ativos Financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.4. Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

– Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

– Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

– Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.5. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas, levando em conta o tempo de vida útil dos bens.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

2.9 Patrimônio líquido

a) Lucro ou Prejuízo por cotas

A Sociedade apresenta dados de lucro ou prejuízo por cotas básico. O lucro ou prejuízo por cotas básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos cotistas da Sociedade pela média ponderada das cotas durante o ano, excluindo a quantidade média das cotas adquiridas pela Sociedade.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os cotistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Contrato Social da Sociedade.

2.10 Reconhecimento da receita

CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

O CPC 47 é aplicado desde 1º de janeiro de 2022, de acordo com a resolução CMN nº4.924/21. Foi efetuado um estudo sobre o reconhecimento de receitas considerando as transações existentes na Sociedade e concluído que não houve impactos decorrentes da adoção da norma. A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, CDB - Certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

As despesas com imposto de renda e contribuição social são constituídas pelo imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e pelo imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 15.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de Dezembro	
	2023	2022 (não auditado)
Certificados de Depósitos Bancários – CDB Fácil Bradesco ⁽¹⁾	30.879	32.355
Total de caixa e equivalentes de caixa	30.879	32.355

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.2, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

6. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Em 31 de dezembro			
Títulos	De 1 a 30 dias	Valor de mercado/ contábil ⁽²⁾	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	437	437	158	279
Total em 2023	437	437	158	279
Total em 2022 (não auditado)	396	396	158	238

(1) Referem-se a 30.000 ações emitidas pelo B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 17.800 (2022 – R\$ 17.000), é dividido em cotas.

Em 31 de Dezembro		
	2023	2022 (não auditado)
Cotas	17.800.000	17.000.000
Total	17.800.000	17.000.000

Em instrumento particular de alteração de contrato social realizado em 27 de abril de 2023, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R\$ 800, elevando-o de R\$ 17.000 para R\$ 17.800, mediante a capitalização de parte do saldo da conta “Reserva de Lucros – Estatutária”, com a criação de 800 mil cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

b) Reservas de lucros

Em 31 de Dezembro		
	2023	2022 (não auditado)
Reservas de lucros	10.364	16.196
Reserva legal ⁽¹⁾	1.448	1.448
Reserva estatutária ⁽²⁾	8.916	14.748

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro				
	2023	% ⁽¹⁾	2022 (não auditado)	% ⁽¹⁾
Lucro Líquido/(Prejuízo)	(5.032)		1.545	
Absorção do Prejuízos Acumulados	5.032		-	
Reserva Legal	-		(77)	
Base de Cálculo	-		1.468	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	15	1,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

8. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Como gestora de fundos de investimentos e carteiras administradas, a Sociedade registrou como receitas de prestação de serviços o montante de R\$ 1.609. Em 2022, não houve receita com prestação de serviços.

9. RECEITAS FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022 (não auditado)
Rendimento de Certificado de Depósito Bancário - CDB	3.898	3.695
Juros Ativos	162	141
Total	4.060	3.836

10. DESPESAS DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022 (não auditado)
Proventos e Gratificações	5.671	511
Encargos Sociais	2.306	227
Despesa de Benefícios	356	29
Total	8.333	767

11. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022 (não auditado)
Despesa com Processamento de Dados	539	143
Outros	54	35
Total	593	178

12. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022 (não auditado)
Contribuição à COFINS	48	-
Contribuição ao PIS	10	-
Despesas com Impostos e Taxas	32	10
Outros	11	-
Total	101	10

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022 (não auditado)
Despesa com Materiais	82	-
Despesa com Viagens	6	-
Despesa de Serviços de Terceiros	29	-
Despesa de Emolumentos JUCESP	9	1
Outros	27	-
Total	153	1

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.) e controlador direto (Ágora Investimentos S.A.).

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesas)	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.879	32.355	-	-
Banco Bradesco S.A.	30.879	32.355	-	-
Dividendos a pagar	-	15	-	-
Ágora Investimentos S.A.	-	15	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	-	-	3.898	3.695
Banco Bradesco S.A.	-	-	3.898	3.695

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022 (não auditado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(3.499)	2.894
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.190	(984)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores	(2.723)	(365)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.533)	(1.349)

b) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 1.762 (2022 – R\$ 1.710) referem-se a saldo negativo de impostos de renda e contribuição social do exercício e de exercícios anteriores.

c) Obrigações Fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2022 (não auditado)	Constituição	Realização/ Baixa	Saldo em 31.12.2023
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	91	3	-	94
Total dos impostos diferidos	91	3	-	94

d) Impostos e contribuições a recolher

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022 (não auditado)
IRPJ e CSLL	441	339
IRRF	97	99
FGTS	26	33
INSS	57	67
ISS	23	-
PIS e COFINS	41	-
Total	685	538

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022;
- b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e
- c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Silvio José Alves - Contador – CRC 1SP202567/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e Diretores da
Ágora Gestão de Recursos Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ágora Gestão de Recursos Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Gestão de Recursos Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4



bradesco